



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Agravo na Apelação nº 0307695-3 (0051912-05.2011.8.17.0001)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco e outro

**Agravado:** Girlene Manoel da Silva

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS. ANULAÇÃO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA. POSSIBILIDADE. ERRO MATERIAL GROSSEIRO. PEDIDO DE REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS, OS QUAIS FORAM FIXADOS EM R\$2.000,00 (DOIS MIL REAIS). VALOR ADEQUADO. RECURSO DESPROVIDO POR MAIORIA.**

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que deu provimento parcial ao Apelo, reformando a sentença de primeiro grau para anular a questão nº 31 do Exame Final do Curso de Formação de Agentes Penitenciários, com a consequente atribuição da pontuação para o recorrido, implicando em sua aprovação na referida fase do certame. A decisão agravada também condenou o Estado de Pernambuco ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais foram fixados no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
2. Em suas razões, protesta o agravante pela reforma da decisão vergastada, porquanto afirma que o julgado não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, aduzindo que este Tribunal não tem súmula ou jurisprudência pacificada sobre o presente caso. Alegou, ainda, que não cabe o judiciário intervir na esfera administrativa, substituindo a banca examinadora na correção das provas. Por último, solicitou a redução do valor dos honorários advocatícios.
3. Em uma prova de concurso público tem uma assertiva que contém um erro material evidente, o qual é percebido facilmente, de plano, pode o Judiciário anular tal questão. A possibilidade dessa revisão ocorre excepcionalmente, apenas para resguardar a legalidade, não configurando tal atitude substituição da banca examinadora pelo Poder Judiciário.
4. Segundo o recorrido, o gabarito das questões 01 e 31 da prova objetiva aplicada no dia 03/05/2011 estaria incorreto. Não há motivos para anular a questão 01, pois não há qualquer erro, tratando-se tão somente de haver a necessária e correta interpretação do solicitado na questão com o conteúdo programático, sempre atento às regras gramaticais.



## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

5. A questão 31 diz o seguinte: Assinale a alternativa que contém 05 (cinco) tipos de personalidades criminosas. A) Criminoso neurobiológico, louco, profissional, maniaco, bipolar. B) Criminoso bipolar, depressivo, neurobiológico, louco, passional. C) **Criminoso nato, psicopata, profissional, primário, passional.** D) Criminoso bipolar, profissional, passional, maniaco, primário. E) Criminoso nato, psicopata, bipolar, primário, passional.

6. O gabarito oficial aponta para a assertiva "C" como correta. Entretanto, o conteúdo da apostila de estudos oferecida pela apelante não corresponde com o que está escrito na assertiva. Às fl. 203, a Apostila do Curso de Formação elenca os Cinco Tipos de Personalidades Criminosas, a saber: 1 criminoso nato; 2 criminoso louco ou alienado; 3 criminoso profissional; 4 criminoso primário e 5 criminoso por paixão. De plano, percebe-se que a apostila, de forma taxativa, não elencou o psicopata na lista dos Cinco Tipos de Personalidades Criminosas. Inclusive, a apostila reserva uma parte específica para falar sobre o psicopata em folhas posteriores, mas não ali.

7. Para não restar dúvidas sobre o erro, cabe esclarecer que psicopata não é sinônimo de louco ou alienado. Para o Direito, o louco pode ser considerado um doente e pode ser isento de pena, ou tê-la reduzida de um a dois terços a depender se não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, conforme a redação do art. 26, *caput* e parágrafo único do Código Penal. Além disso, o louco não é preso, visto que se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação ou poderá submetê-lo a tratamento ambulatorial, caso o crime seja punível com detenção, a teor do texto contido no art. 97 do Código Penal. Já o psicopata, de acordo com a própria apostila, pode ser malvado, delinquente, ter uma conduta incompreensível, mas, sob todos os critérios da patologia médica, não é um doente. Em razão disso, o psicopata pode ser preso, onde deve cumprir a pena normalmente, não sendo submetido à medida de segurança ou tratamento ambulatorial como ocorre com o louco.

8. Assim, por conter um erro material grosseiro, estando em desacordo com a apostila oferecida pelo próprio recorrido, entendo que merece ser anulada a citada questão, tal qual como decidido na Terminativa agravada, devendo a sua pontuação ser atribuída ao recorrido, tudo em conformidade ao texto contido no edital em seu ponto 7.9 (fl. 40), o que levará o recorrente a totalizar os 60 pontos necessários para a aprovação na citada fase do concurso.

9. O recorrido decaiu apenas da parte mínima do seu pedido, tendo seu objetivo atingido, que é a atribuição da pontuação para passar para a próxima fase do concurso, não cabendo aqui a aplicação de sucumbência recíproca. O valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) atende aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade,



791

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

em respeito ao trabalho e zelo do patrono da causa, não havendo motivos para cogitar a sua redução.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo na Apelação nº. **0307695-3 (0051912-05.2011.8.17.0001)**, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria, conhecer do Recurso de Agravo e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, sendo vencido o Des. Jorge Américo por entender que a pontuação da questão anulada deveria atingir todos os concorrentes do certame, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 09 de setembro de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

X76  
d

**1ª Câmara de Direito Público**

**Agravo na Apelação nº 0307695-3 (0051912-05.2011.8.17.0001)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco e outro

**Agravado:** Girlene Manoel da Silva

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que deu provimento parcial ao Apelo, reformando a sentença de primeiro grau para anular a questão nº 31 do Exame Final do Curso de Formação de Agentes Penitenciários, com a consequente atribuição da pontuação para o recorrido, implicando em sua aprovação na referida fase do certame. A decisão agravada também condenou o Estado de Pernambuco ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais foram fixados no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Em suas razões, protesta o agravante pela reforma da decisão vergastada, porquanto afirma que o julgado não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, aduzindo que este Tribunal não tem súmula ou jurisprudência pacificada sobre o presente caso. Alegou, ainda, que não cabe o judiciário intervir na esfera administrativa, substituindo a banca examinadora na correção das provas. Caso seja vencido, solicitou a redução do valor dos honorários advocatícios.

Dessa forma, requer a retratação da decisão aqui rebatida ou, caso não seja assim entendido, pugna para que o recurso venha a ser apreciado pela Câmara.

Em síntese, é o relatório.

Recife, 09 de setembro de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

777  
2

**1ª Câmara de Direito Público**

**Agravo na Apelação nº 0307695-3 (0051912-05.2011.8.17.0001)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco e outro

**Agravado:** Girlene Manoel da Silva

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Da análise dos argumentos trazidos pelo recorrente, entendo que o presente recurso não merece provimento. Explico.

Quando em uma prova de concurso público tem uma assertiva que contém um erro material evidente, o qual é percebido facilmente, de plano, pode o Judiciário anular tal questão. A possibilidade dessa revisão ocorre excepcionalmente, apenas para resguardar a legalidade, não configurando tal atitude substituição da banca examinadora pelo Poder Judiciário.

“O Princípio da Legalidade, esculpido no *caput* do artigo 37 da Carta Magna, assume papel deveras relevante no sentido de moderar a discricionariedade administrativa, legitimando o Judiciário a revisar o ato administrativo discricionário sem que haja intervenção na vontade do administrador, mas, apenas, corrigindo estas arbitrariedades, evidenciadas quando à Administração Pública extrapola seus limites. Em outras linhas, o princípio constitucional em voga autoriza ao Judiciário revisar atos administrativos discricionários eivados de vícios que, por sua vez, denotem ilegalidade<sup>1</sup>.”

Abaixo, decisões do STJ e do STF sobre o tema:

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROVA OBJETIVA. REVISÃO. DESCABIMENTO. ANULAÇÃO. ILEGALIDADE. ERRO MATERIAL. ALEGAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que, na excepcional hipótese de inobservância dos princípios que norteiam a Administração, em especial os da legalidade e da vinculação ao edital do certame, é possível ao Poder Judiciário revisar prova de concurso público, o que não ocorre*

<sup>1</sup> LYRA JÚNIOR, Richard Paes; SILVA, Fábio Marcio Piló. Da legitimidade do Poder Judiciário para anular quesitos de certames públicos eivados de vícios evidentes. Jus Navigandi. Teresina, ano 17, n. 3140, 5 fev. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21015>>

*CSM*



XTB  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*na espécie. 2. Este Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual a ausência de erro material evidente inviabiliza a anulação judicial de questão objetiva de concurso público. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(STJ - AgRg no RMS: 30648 DF 2009/0200670-1, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 06/10/2011, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/10/2011)*

*ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÃO DE PROVA OBJETIVA PELO PODER JUDICIÁRIO. ERRO MATERIAL. POSSIBILIDADE. CARÁTER EXCEPCIONAL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que, na hipótese de erro material, considerado aquele perceptível primo ictu oculi, de plano, sem maiores indagações, pode o Poder Judiciário, excepcionalmente, declarar nula questão de prova objetiva de concurso público. Precedentes. 2. Recurso especial conhecido e provido (STJ - REsp: 722586 MG 2005/0016592-3, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Julgamento: 23/08/2005, T5 - QUINTA TURMA, Publicação: 03.10.2005)*

*MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA. DEMONSTRAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E AOS DEMAIS CANDIDATOS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA OBSERVADO. LIQUIDEZ E CERTEZA DO DIREITO COMPROVADOS. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS QUESTÕES EM DECORRÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO DE CONTEÚDO NO GABARITO OFICIAL. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA.*

*1. A anulação, por via judicial, de questões de prova objetiva de concurso público, com vistas à habilitação para participação em fase posterior do certame, pressupõe a demonstração de que o Impetrante estaria habilitado à etapa seguinte caso essa anulação fosse estendida à totalidade dos candidatos, mercê dos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da eficiência. 2. O Poder Judiciário é incompetente para, substituindo-se à banca examinadora de concurso público, reexaminar o conteúdo das questões formuladas e os critérios de correção das provas, consoante pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes (v.g., MS 30433 AgR/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES; AI 827001 AgR/RJ, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA; MS 27260/DF, Rel. Min. CARLOS BRITTO, Red. para o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA), ressalvadas as hipóteses em que restar configurado, tal como in casu, o erro grosseiro no gabarito apresentado, porquanto caracterizada a ilegalidade do ato praticado pela Administração*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

XXIX

**Pública.** 3. Sucede que o Impetrante comprovou que, na hipótese de anulação das questões impugnadas para todos os candidatos, alcançaria classificação, nos termos do edital, habilitando-o a prestar a fase seguinte do concurso, mediante a apresentação de prova documental obtida junto à Comissão Organizadora no exercício do direito de requerer certidões previsto no art. 5º, XXXIV, "b", da Constituição Federal, prova que foi juntada em razão de certidão fornecida pela instituição realizadora do concurso público. 4. Segurança concedida, em parte, tornando-se definitivos os efeitos das liminares deferidas.

(STF - MS: 30859 DF, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 28/08/2012, Primeira Turma, Publicação: DJe-209 DIVULG 23-10-2012 PUBLIC 24-10-2012)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. CONTROLE JURISDICIONAL. ANULAÇÃO DE QUESTÃO OBJETIVA. POSSIBILIDADE. LIMITE. VÍCIO EVIDENTE. ERRO MATERIAL INCONTROVERSO. PRECEDENTES.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que, em regra, não compete ao Poder Judiciário apreciar critérios de formulação e correção de provas. Com efeito, em respeito ao princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal, é da banca examinadora desses certames a responsabilidade pelo seu exame. 2. Excepcionalmente, em havendo flagrante ilegalidade de questão objetiva de prova de concurso público (exame de ordem) que possa causar dúvida, como é o caso, bem como ausência de observância às regras previstas no edital, tem-se admitido sua anulação pelo Judiciário por ofensa ao princípio da legalidade. **Precedentes.** 3. Recurso especial não-provido

(STJ - REsp: 731257 RJ 2005/0036783-3, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Julgamento: 07/10/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Publicação: 05/11/2008)

Segundo o recorrido, o gabarito das questões 01 e 31 da prova objetiva aplicada no dia 03/05/2011 estaria incorreto. Transcrevo abaixo a questão número 01 e, em seguida, passo a analisá-la:

*Questão 01 (fl. 74)*

*Analise as afirmativas abaixo:*

1. A prestação de serviços públicos de segurança, em sua expressão **POLÍCIA GERAL**, inclui o policiamento ostensivo, a apuração de infrações penais e a guarda e o recolhimento de presos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

230  
2

2. A prestação de serviços públicos de segurança engloba atividades OSTENSIVAS E REPRESSIVAS.

3. Os serviços de Segurança Pública de natureza policial devem englobar atividades REPRESSIVAS e PREVENTIVAS, tanto de natureza policial como de não policial.

Está (ão) CORRETA(S)

A) 1      B) 1 e 2      C) 3      D) 2 e 3      E) 1, 2 e 3

Em tal questão, o gabarito oficial aponta a assertiva "E" como correta. Da pesquisa feita no conteúdo insculpido na Apostila do Curso de Formação, observo que não há motivos para anular a supratranscrita questão, pois não há qualquer erro, tratando-se tão somente de haver a necessária e correta interpretação do solicitado na questão com o conteúdo programático, sempre atento às regras gramaticais.

Assim, não merece ser acolhida a pretensão do recorrente nesse ponto.

Agora transcrevo a questão 31:

Questão 31 (fl. 83)

Assinale a alternativa que contém 05 (cinco) tipos de personalidades criminosas.

A) Criminoso neurobiológico, louco, profissional, maniaco, bipolar.

B) Criminoso bipolar, depressivo, neurobiológico, louco, passional.

C) Criminoso nato, psicopata, profissional, primário, passional.

D) Criminoso bipolar, profissional, passional, maniaco, primário.

E) Criminoso nato, psicopata, bipolar, primário, passional.

Sobre essa pergunta, o gabarito oficial aponta para a assertiva "C" como correta. Entretanto, verificando a apostila de estudos oferecida pelo apelante, vejo que tal questão não corresponde com o conteúdo ali escrito.

Às fl. 203, a Apostila do Curso de Formação elenca os Cinco Tipos de Personalidades Criminosas, a saber: 1 criminoso nato; 2 criminoso louco ou alienado; 3 criminoso profissional; 4 criminoso primário e 5 criminoso por paixão.

De plano, percebe-se que a apostila, de forma taxativa, não elencou o psicopata na lista dos Cinco Tipos de Personalidades Criminosas. Inclusive, a apostila reserva uma parte





281  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

específica para falar sobre o psicopata em folhas posteriores, mas não ali, o que demonstra a incongruência da pergunta com o lecionado na apostila.

Para não restar dúvidas sobre o erro, cabe esclarecer que psicopata não é sinônimo de louco ou alienado. Para o Direito, o louco pode ser considerado um doente e pode ser isento de pena, ou tê-la reduzida de um a dois terços a depender se não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, conforme a redação do art. 26, *caput* e parágrafo único do Código Penal.

Além disso, o louco não é preso, visto que se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação ou poderá submetê-lo a tratamento ambulatorial, caso o crime seja punível com detenção, a teor do texto contido no art. 97 do Código Penal.

Já o psicopata, de acordo com a própria apostila, pode ser malvado, delinquente, ter uma conduta incompreensível, mas, sob todos os critérios da patologia médica, não é um doente. Em razão disso, o psicopata pode ser preso, onde deve cumprir a pena normalmente, não sendo submetido à medida de segurança ou tratamento ambulatorial como ocorre com o louco.

Assim, por conter um erro material grosseiro, estando em desacordo com a apostila oferecida pelo próprio recorrido, entendo que merece ser anulada a citada questão, tal qual como decidido na Terminativa agravada, devendo a sua pontuação ser atribuída ao recorrido, tudo em conformidade ao texto contido no edital em seu ponto 7.9 (fl. 40), o que levará o recorrido a totalizar os 60 pontos necessários para a aprovação na citada fase do concurso.

Sobre o valor da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, o recorrido decaiu apenas da parte mínima do seu pedido, tendo seu objetivo atingido, que é a atribuição da pontuação para passar para a próxima fase do concurso, não cabendo aqui a aplicação de sucumbência recíproca.

Esse é o entendimento consolidado do STJ. Vejamos:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. DOAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. ART. 20, § 4º, DO CPC. SUCUMBÊNCIA. COMPENSAÇÃO. AUTORA DECAIU NA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO.*

*1(...). 3. Não cabe a aplicação do disposto no art. 21 do CPC se a autora decaiu em parte mínima do pedido, devendo os réus arcar integralmente com o ônus da sucumbência. 4. A fixação da verba honorária se deu em consideração às*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

282  
12

*circunstâncias e peculiaridades da causa, não havendo ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(STJ - AgRg no REsp 526.638/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 27/02/2013)*

Dessa forma, tenho que o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) atende aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade, em respeito ao trabalho e zelo do patrono da causa, não havendo motivos para cogitar a sua redução.

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 03 de setembro de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



784

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 09 09 2014.  
AGRAVO/APELAÇÃO Nº 307695-3 – RECIFE.  
AGRAVANTES : ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO.  
AGRAVADO : GIRLENE MANOEL DA SILVA.  
RELATOR : DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES.

RELATÓRIO CONSTANTE DA FL. 776 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DAS FLS. 777/782 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

O 37 é simples, Des. Erik, talvez Vossa Excelência mesmo num simples evoluir resolva a questão. É que Vossa Excelência anula uma ou mais questões de uma prova, me parece, que é de concurso público. É um concurso público de formação de agentes penitenciários. Vossa Excelência usa o plural – questões da prova objetiva – foi mais de uma questão, pelo menos duas, não é isso?

---

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

É.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

Só que no final do voto de Vossa Excelência, diz Vossa Excelência: "Assim, por conter o erro material, estando em desacordo com a apostila oferecida pelo próprio recorrido, entendo que merece ser anulada a citada questão, tal qual como decidido na terminativa agravada, devendo a sua pontuação ser atribuída ao recorrido, tudo em conformidade ao texto contido no edital em seu ponto 7.9, o que levará o recorrente a totalizar os 60 pontos necessários para a aprovação na citada fase do concurso".

Eu presidi recentemente um concurso para ingresso na magistratura e todos editais, sem exceção, trazem cláusula no sentido de que quando uma questão é anulada, a pontuação respectiva é atribuída a todos os candidatos, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia. Não se pode atribuir a pontuação apenas a quem ingressou em juízo ou apenas a que foi a via administrativa. Os pontos têm que ser atribuídos a todos os candidatos. A minha divergência se resume apenas a isso.

O próprio edital, se Vossa Excelência manusear o edital, o edital dirá isso. Agora, a não ser evidentemente se fosse uma prova subjetiva, não é?

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Esse concurso já foi concluído há algum tempo, não é? Inclusive com homologação e nomeação.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

Esse aqui de agente penitenciário?

---

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

É. Porque pode observar que o negócio aqui é de 2011.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

E é prova objetiva.

---

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

A prova foi aplicada no dia 30/05/2011.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

Se fosse prova subjetiva, aí a pontuação seria realmente atribuída somente ao candidato. Mas como se trata de prova objetiva, anulada a questão, os pontos respectivos devem ser atribuídos a todos os candidatos, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

---

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Me parece que existiram outros casos dessa natureza que... (interrompido)

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

O Ministério Público foi ouvido, eu não sei qual foi o pronunciamento do Ministério Público, mas o Ministério Público se manifestou.



785

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES**

O parecer da doutora Nelma é: "Ante o exposto, opina-se pelo provimento parcial da apelação no sentido de ser reformada a sentença ora hostilizada, para que seja anulada a questão 31 da avaliação final do Curso de Formação de Agentes Penitenciários, e atribuída a pontuação correspondente, devendo ser assegurada a nomeação do apelante na hipótese de aprovação nas demais etapas do concurso, observando-se a ordem de classificação e o número de vagas previsto no Edital". O Ministério Público no parecer de mérito foi nesse sentido. E uma questão até interessante porque eles fornecem apostila... (interrompido)

**DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES**

A questão grave é que não se sabe que com a anulação aqui dessa questão, a pontuação dele em que classificação ele ficaria. É uma questão... (interrompido)

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)**

Mas se ele não for chamado, Des. André, ele terá a ação de indenização contra o estado. O fato é que anulada essa questão... (interrompido)

**DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES**

Sim. Mas está determinando a nomeação.

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)**

É. Mas porque ele passou à condição de aprovado, não é isso?

**DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES**

É. E aí teria demais fases do concurso. E eles sendo aprovado, então teria que se submeter à continuidade do certame.

**DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES**

Como se fazer mais se esse concurso, salvo engano, nesse caso específico aqui o concurso já se concluiu. Já foi homologado e... (interrompido)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

É. Cada problema ao seu tempo. Vamos aguardar a lide aqui se restringia a essa questão, não é?

---

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

Exatamente.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

Era uma única questão. Vossa Excelência entendeu, não é? Se anula uma questão, os pontos têm que ser atribuído a todos candidatos. Não pode ser atribuído apenas àquele candidato que veio a juízo.

---

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Em princípio, eu acho que o efeito aqui da coisa julgada deve ficar restrito ao agravante. Eu acho que a questão é de anulação, mas deve ficar restrito a fim de que o estado, em razão dessa anulação, veja a posição, porque para reavaliar toda a estrutura do concurso de todos os candidatos, isso causa um tumulto. Então, penso que os limites objetivos devem ficar restritos ao autor, sob pena de causar um efeito multiplicador e aí bastante danoso, notadamente com o término do concurso.

Aí, na minha opinião, em sede de concurso, se o concurso estivesse na (...) entendeu? Mas é um concurso que já foi concluído. Então, a estender ia causar um efeito multiplicador extremamente complicado porque a Administração teria que republicar, teria que ver o ato de homologação, teria que ver e republicar uma nova lista dos aprovados, levando em consideração (...). Então, eu penso que em matéria de concurso público, eu estou com essa posição – deve-se restringir aos limites da lide e das partes. Com todo o respeito e respeitando a posição de quem entende o contrário.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (PRESIDENTE)

Então, vou proclamar o resultado.

---



786

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DECISÃO:**

"POR MAIORIA, VENCIDO O DES. PRESIDENTE, FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR, SENDO CERTO QUE A MAIORIA LIMITA OS EFEITOS DA ANULAÇÃO DA QUESTÃO DO CONCURSO À PARTE AUTORA, ENQUANTO QUE O DES. PRESIDENTE, VENCIDO, ENTENDIA QUE A PONTUAÇÃO CORRESPONDENTE À QUESTÃO ANULADA DEVERIA SER ATRIBUÍDA ISONOMICAMENTE A TODOS OS CONCORRENTES".

---